

CONTRATO DE AUTONOMIA



ESCOLA SECUNDÁRIA COM TERCEIRO CICLO D. DINIS

COIMBRA

2013/2014

PREÂMBULO

IDENTIFICAÇÃO E CARATERIZAÇÃO

A **Escola Secundária Com 3º Ciclo D. Dinis** é uma escola situada na zona norte de Coimbra e caracteriza-a uma tripla periferização: geográfica, social e escolar. Os alunos são maioritariamente de aldeias próximas e dos bairros sociais mais problemáticos da cidade. Sendo a escola secundária mais jovem da cidade, com 26 anos, apresentando uma imagem cuidada, aprazível e atrativa e perante a contínua diminuição do número de alunos, a concorrência com escolas públicas centenárias e com instituições privadas, existindo na cidade 10% da oferta privada do país, as quais têm meios de que a escola pública não dispõe, coloca a escola num plano de desigualdade e com dificuldades na captação de alunos. A população escolar estabilizou nos últimos 10 anos entre os 350 e os 400 alunos e tem **especificidades muito próprias**:

- 58% dos alunos, à entrada na escola, com repetências no seu trajeto escolar, chegando aos 60% no 3º ciclo;
- 54% dos alunos são do género masculino quando a média nacional é de 46% e sabe-se que o género feminino tem melhores resultados escolares;

Carateriza-a ainda:

- Diversidade da oferta formativa a fim de poder responder às necessidades educativas: cinco ritmos educativos com outros tantos perfis de alunos – cursos científico-humanísticos e profissionais no secundário; ensino regular, cefs e pief dos 2º e 3º ciclo.
- A formação das turmas, com exceção das turmas de Ciências e Tecnologias, com duas, só se consegue após as outras escolas da cidade preencherem as suas turmas em rede e encaminharem-nos alunos de acordo com os seus critérios de admissão/seleção/rejeição.
- Acumulação de níveis por parte dos docentes, resultando um desgaste docente devido às exigências de trabalho resultante do tipo de alunos e da acumulação de níveis.
- Dependência na formação de turmas do 3º ciclo, em particular do 7º ano, do encaminhamento de alunos por parte da EB 2,3 Rainha Santa, acontecendo que não tendo alunos para as suas turmas em rede não no-os cedem. A constituição das turmas do 3º ciclo, uma por ano, assume alguma complexidade, resultam num “mosaico” e tornam-se em turmas “flutuantes” quanto à sua composição. Por exemplo, no corrente ano letivo, a turma do 8º tem 16 alunos, sendo que apenas

10 transitaram do 7º e os outros 6 vieram de outras tantas escolas. No ano anterior, era a turma do 7º que, por sua vez, era composta por 23 alunos que tinham vindo de 13 escolas diferentes. No final do ano, 10 alunos foram encaminhados para CEFs (frequentavam o 7º anos tendo já 15 anos, com várias repetências atrás de si) e 3 mudaram de residência e escola. Outro exemplo: o 9º A, como poderia ser o B, tem 13 alunos, mas que tivessem frequentado o 8º na escola apenas são 7, tendo vindo os restantes de 4 escolas diferentes. Dos 13 alunos apenas 2 nunca ficaram retidos e 8 entraram no ano letivo com planos de acompanhamento.

- Elevada flutuação dos alunos do 3º Ciclo – mudanças de residência e de escola constantes (há alunos de 3 comunidades, algumas delas de acolhimento transitório).
- No caso do secundário, as turmas são constituídas pela continuidade dos nossos alunos do 9º, pelo fluxo dos alunos da EB 2,3 Rainha Santa e por 30% de alunos que vêm para a escola por não terem vaga nas outras escolas da cidade.
- No final do 1º período, cerca de uma dezena de alunos, em média, pedem transferência para a escola.

A par, temos **outros constrangimentos** que ajudam a entender algumas das especificidades anteriores:

- Enquadramento social e económico desfavorecido.
- Papel da escola desvalorizado por parte de Enc. de Educação e de alunos
- Reduzida participação dos pais/enc. de educação.

O **perfil** da maioria dos nossos alunos caracteriza-se por:

- Alunos com trajeto escolar irregular
- Alunos instáveis, desmotivados e sem expectativas em relação à escola.
- Desinteresse e apatia, pouca autoestima e desmotivação
- A falta de socialização primária (valores, princípios e regras).
- Falta de hábitos de trabalho.
- Ausência (ou inexistência) dos Pais/Enc. Educação.
- Conhecimentos reduzidos ou muito vagos

Neste quadro, há espaço, entre os 30 e os 40% dos alunos do ensino secundário, para alunos com trajetos escolares regulares: aproveitamento e desempenho razoável, educados e comportados, motivados e participativos e que acabam por ser mobilizadores dos outros alunos para as atividades, quer curriculares quer de enriquecimento curricular. No corrente ano, recebemos 40 alunos duma escola privada por procurarem, segundo

alguns pais, procura de qualidade de ensino e motivados por irmãos que já tinham sido nossos alunos.

De referir ainda que os nossos alunos dos cursos profissionais têm recebido rasgados elogios nas entidades e empresas onde têm estagiado. No corrente ano, não conseguimos satisfazer 7 empresas que nos solicitaram estagiários do curso de Informática de Gestão.

Como nota final na caracterização referiremos que a partir de 2011-12 passou a funcionar na escola uma Unidade Estruturada de Autismo do ensino secundário, sendo frequentada por 5 alunos.

Projetos

A escola tem a funcionar dois Projetos que visam a promoção do sucesso escolar e prevenção do abandono e do absentismo:

-Projeto TEIP

-Projeto PIEF

Paralelamente decorrem outros projetos com vista ao desenvolvimento integral dos alunos:

-Comenius

-Escolíadas – Glicínias Plaza¹

-PESES

-Desporto escolar

-Clube de Teatro

-Clube de Jornalismo

-Clube Laboratório da terra e da vida.

-Gabinete do aluno

-Núcleo de Atividade Física e Saúde

-Sala de ginásio e musculação

-Programas de empreendedorismo da *Junior Achievement Portugal*

Parcerias

-Parcerias com empresas, coletividades e instituições onde os nossos alunos dos cursos CEFs, PIEFs e Profissionais realizam os estágios

-Centro de Saúde

-Escola Superior de Enfermagem

¹ Concurso entre escolas dos distritos de Aveiro, Viseu e Coimbra onde as escolas levam ao palco provas de teatro, música, dança, pintura, cultura geral e claqué.

- Empresários pela Inclusão Social (EPIS)
- Junta de freguesia de Eiras
- Academia de Basquetebol.
- Centro de Formação Minerva
- Instituição de Solidariedade “Soltar os Sentidos”
- IEFP
- APPACDM

RESULTADOS

1. Resultados escolares

Transcrevemos, procurando-se assim a máxima objetividade e independência, a análise constante do relatório da Avaliação Externa efetuada em março 2012:

“No último triénio (2008-2009 a 2010-2011), as taxas globais de sucesso do 3.º ciclo apresentam uma tendência constante de subida, embora dentro de valores baixos (de 70,6% para 74,5%). De modo semelhante, as taxas do ensino secundário (cursos científico-humanísticos) evidenciam uma tendência de melhoria, mas dentro de percentagens mais elevadas (de 79,5% para 82,2%). Neste período, as taxas de conclusão no 9.º ano (71,4%, 61,1% e 66,7%) e no 12.º ano (52,6%, 72,7% e 70,5%), por norma, não acompanham o desempenho alcançado nos restantes anos de escolaridade (sempre acima de 68,5% no ensino básico e 76,5% no secundário). Nos exames nacionais de 9.º ano, a Escola tem um desempenho reduzido tanto em Língua Portuguesa como em Matemática, com valores sempre inferiores às médias nacionais nos últimos três anos. Quanto aos exames nacionais do ensino secundário, os resultados alcançados nas disciplinas de Português, História, Biologia e Geologia e Física e Química A, por regra, ficam aquém das médias nacionais, registando-se nas duas últimas disciplinas diferenças significativas entre as classificações interna e externa. Em Matemática A, os resultados têm progredido ligeiramente, posicionando-se no último ano acima dos correspondentes valores nacionais.

Em 2009-2010, considerando as variáveis de contexto económico, social e cultural em que se insere a Escola, verifica-se que os valores observados relativamente às taxas de conclusão do ensino básico e secundário estão acima do esperado. As taxas de sucesso nos exames nacionais do 9.º ano a Língua Portuguesa e Matemática estão em linha com os correspondentes valores esperados e as classificações finais do 12.º ano de Matemática A e Português ficam, respetivamente, aquém e dentro dos respetivos valores esperados.

No que respeita ao curso de educação e formação concluído em 2010-2011, o sucesso é baixo (60,0%) e no curso tecnológico de Desporto a taxa de conclusão é igualmente baixa (70,49%). No curso profissional de Técnico de Informática de Gestão a taxa de conclusão revela-se relativamente satisfatória (75,0%): em oito alunos concluíram seis, três dos quais prosseguiram estudos superiores e os restantes obtiveram contrato laboral.

A Escola faz uma monitorização adequada do número e das características dos alunos em situação de risco, verificando-se, no último biénio (2009-2010 a 2010-2011), uma clara diminuição da taxa de abandono (10,8% para 4,4%), progresso este que levou a Escola a posicionar-se no último ano abaixo da meta definida no projeto educativo para a redução do abandono (8,0% a 12,0%). Importa referir que são os alunos dos cursos de educação e formação quem mais tem contribuído para as taxas de abandono apuradas, inversamente aos do 3.º ciclo regular, cuja taxa de 0% tem sido consistentemente preservada no último triénio.”

2. Resultados sociais:

“O desenvolvimento pessoal, com particular enfoque na promoção dos valores da cidadania, solidariedade e de hábitos de vida saudável, é trabalhado pela Escola, em coerência com os domínios prioritários de intervenção consagrados no projeto educativo. Os alunos são incentivados a desenvolver o sentido de pertença e responsabilidade. Neste âmbito, merecem destaque a discussão de problemas internos em reuniões da direção com o representante dos delegados ou elementos da associação de estudantes e o incentivo ao associativismo juvenil por parte do diretor. A remodelação das instalações do clube de rádio pelos discentes, o seu contributo na seleção dos locais de estágio, as propostas de atividades para os projetos curriculares de turma, a sua auscultação através de inquéritos de satisfação no âmbito da avaliação interna e a organização de múltiplas atividades por parte da associação de estudantes, algumas em conjunto com os encarregados de educação, contribuem igualmente para reforçar a ligação com a Escola.

A indisciplina é monitorizada, especialmente pela direção e pelo conselho pedagógico, embora de forma pouco estruturada quanto à sistematização evolutiva global das ocorrências. No último biénio, os resultados alcançados são encorajadores, tendo diminuído a aplicação de medidas disciplinares em 73,2% (de 41 para 11). Contudo, persistem comportamentos perturbadores do normal funcionamento das aulas, mais focalizados nos alunos do ensino básico, em especial no 7.º ano e na turma do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF). A Escola revela estar atenta aos problemas de indisciplina, pelo que age em várias frentes para contrariar a situação, em especial através da ação do diretor e dos diretores de turma (no contacto direto com os encarregados de educação dos alunos problemáticos e na realização de reuniões de pais dos alunos destas turmas) e do acompanhamento das situações pela psicóloga. Está em estudo a possibilidade da criação de um curso de educação e formação para o próximo ano, a fim de promover a integração escolar de alguns destes alunos.

Os responsáveis preocupam-se em fazer o acompanhamento do percurso escolar dos alunos, sendo evidente o sucesso dos que prosseguem estudos, assim como daqueles que, por via dos cursos profissionalizantes, estão já na vida ativa.”

3. Resultados das avaliações interna e externa

Inserimos os resultados das duas últimas avaliações interna e externa a fim de serem avaliados a consistência e a evolução dos resultados.

A avaliação externa foi efetuada por uma equipa da IGE cujo modelo e processos transcrevemos: “A *Inspeção-Geral da Educação (IGE)* foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho (Despacho n.º 4150/2011, de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a IGE está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no Decreto Regulamentar n.º 81- B/2007, de 31 de julho.”

Quanto à avaliação interna, ela é feita anualmente, variando algumas das áreas em avaliação (clima de escola, a relação, o funcionamento de serviços existentes e estruturas, tipo de trabalho realizado nas estruturas e órgãos), excetuando-se resultados, abandono e comportamentos dos alunos, que é anual. A equipa, independente e autónoma, iniciou funções em 2007-08 depois de ter tido formação. Os processos baseiam-se no preenchimento de grelhas/inquéritos de satisfação por parte de toda a comunidade escolar (Diretores de Turma, Coordenadores de Departamento, Diretores de Curso, Professores, Alunos, Encarregados de Educação e Colaboradores externos). Quanto ao modelo é essencialmente o modelo SWAP.

3.1. Avaliação interna:

- **no ano letivo de 2010-2011**

Pontos fortes (muito bom e bom):

- O atendimento dos Diretores de Turma
- O bom relacionamento entre toda a comunidade escolar
- O apoio dos professores para atingir o sucesso dos nossos alunos
- O funcionamento dos serviços
- As condições físicas
- O desempenho da Direção

Pontos Fracos (menos positivos)

- Comportamento de alguns alunos
- O serviço da cantina
- Os transportes
- A atitude negativa de muitos alunos face à escola
- A divulgação de informação e documentos como Projeto Educativo e Regulamento Interno.

- **no ano letivo de 2011- 2012**

Pontos Fortes (muito bom e bom)

- O bom relacionamento entre toda a comunidade escolar
- O apoio dos professores para atingir o sucesso dos nossos alunos
- O atendimento dos diretores de turma
- A organização e o funcionamento dos serviços (Secretaria, Cantina/Bar...)
- O desempenho da Direção

Pontos Fracos (menos positivos)

- Comportamento de alguns alunos
- A atitude negativa de muitos alunos face à escola
- Localização da escola relativamente aos centros de distração...
- Algumas condições físicas da escola: estado dos telheiros...
- Dinâmica da Associação de estudantes
- A divulgação de informação e documentos como Projeto Educativo e Regulamento Interno.

3.2. Avaliação externa:

Inserimos os resultados das duas últimas avaliações a fim de serem avaliados a consistência e a evolução dos resultados.

- **do 1º ciclo avaliativo em 2008**

Pontos fortes:

“-Liderança do conselho executivo expressa na boa gestão de recursos e na definição de objetivos avaliáveis, centrados na integração e na socialização dos alunos, bem como na melhoria dos resultados escolares;

-Atividades dinamizadas pelo clube de teatro “KAOS”, com impacto ao nível da integração e da sociabilização dos alunos, bem como do reconhecimento comunitário;

-Implementação de um mecanismo de autoregulação, que permitiu identificar pontos fortes e fragilidades e definir algumas estratégias para a melhoria do serviço educativo.”

Pontos fracos:

“-Resultados insatisfatórios, em 2006-07, nos exames nacionais de Matemática do 9º ano de escolaridade (18,2%), abaixo do referente nacional em 10,8%, e decréscimo expressivo da taxa de sucesso do 10º para os 11º e 12º anos dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (da ordem dos 28%);

-Abandono escolar significativo no 3º ciclo do ensino regular e nos cursos de educação e formação (situado, do ano letivo de 2006/07, em 13.6%);

-Inexistência de acompanhamento e de supervisão da prática letiva em contexto de sala de aula, que não permite, designadamente, a reflexão sustentada sobre os processos de ensino conducentes à melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares;

-Insuficiente trabalho ao nível de elaboração e da aplicação de provas comuns por ano de escolaridade/disciplina, que não potencia a confiança nos processos de ensino e nos resultados;

-Ausência de articulação com os estabelecimentos de ensino de proveniência dos alunos, que não possibilita a sequencialidade das aprendizagens;

-Falta de monitorização global das medidas de apoio implementadas, o que impede o conhecimento da sua eficácia e a eventual reorientação das medidas tomadas.”

Classificações obtidas:

- Resultados – SUFICIENTE
- Prestação do serviço educativo – SUFICIENTE
- Organização e gestão escolar- BOM
- Liderança – BOM
- Capacidade de autorregulação e melhoria da escola – BOM

• **do 2º ciclo avaliativo em 2012**

Pontos fortes:

“-Acompanhamento dos alunos em situação de risco, em colaboração com entidades externas, que permite a sua recuperação para as atividades escolares e o conseqüente controlo do abandono no 3.º ciclo e sua diminuição noutras ciclos/cursos ministrados;

-Incentivo aos alunos no sentido de terem um papel ativo na Escola, traduzido no envolvimento em várias atividades da sua responsabilidade;

-Adequação do ensino às capacidades e ao ritmo de aprendizagem dos alunos, visível na diversificação da oferta formativa e nas medidas de apoio criadas;

-Valorização das metodologias ativas e experimentais no ensino das ciências, com atividades frequentes em sala de aula e participação em projetos e concursos relacionados com esta área;

-Lideranças motivadas e mobilizadoras dos recursos internos e externos da Escola, com vista à execução do projeto educativo.”

Pontos fracos:

“-Resultados das provas externas no ensino secundário, que por norma ficam aquém das médias nacionais;

-Especificação das metas quanto aos resultados académicos a atingir, para que estas tenham um efeito regulador no processo de ensino-aprendizagem;

-Alargamento dos mecanismos de supervisão direta da prática letiva, com impacto na reflexão sobre as questões pedagógicas e na resolução das dificuldades;

-Aferição dos critérios e dos instrumentos de avaliação, no sentido de aproximar a média da classificação interna final e a obtida nos respetivos exames nacionais em algumas disciplinas;

-Organização de planos de melhoria nas áreas consideradas deficitárias na autoavaliação, visando a melhoria do serviço prestado pela Escola.”

Classificações obtidas:

- Resultados – BOM
- Prestação do serviço educativo – BOM
- Liderança e Gestão – MUITO BOM

No Âmbito do desenvolvimento do regime jurídico de autonomia da escola, consagrada pelo Decreto-Lei nº 43/2008, de 3 de fevereiro, e ao abrigo do decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, com a nova redação que lhe foi dada pelo decreto-Lei 137/2012, de 2 de julho, e pela Portaria nº 265/2012, de 30 de agosto, e demais legislação aplicável, o Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares, e a Escola Secundária Com 3º Ciclo D. Dinis – Coimbra celebram e acordam entre si o presente contrato de autonomia, que se rege pela regulação suprarreferida e ainda pelas cláusulas seguinte:

Cláusula 1ª

Os objetivos do contrato são:

1. Criar condições para que a escola garanta níveis de qualidade, eficiência e eficácia educativas que a tornem numa escola de referência, no processo de organização e na prossecução do interesse público da educação.
2. Prestar um serviço público de qualidade à comunidade, norteando-nos sempre pelo princípio da igualdade de oportunidades de acesso e sucesso.
3. Fortalecer o papel da escola na comunidade onde se insere, através da cultura e do desporto.
4. Garantir a equidade do serviço prestado, desenvolvendo uma cultura de cidadania capaz de fomentar os valores da pessoa humana, da democracia e do exercício responsável da liberdade individual.
5. Melhorar os resultados escolares dos alunos.
6. Reduzir o abandono.
7. Procurar-se para a escola competências próprias no domínio estratégico, pedagógico e de gestão curricular, no quadro do seu projeto educativo e em função dos recursos e dos meios que lhe serão consignados.
8. Proporcionar um ensino-aprendizagem com recurso a metodologias ativas e às novas tecnologias de informação, desenvolvendo um espírito crítico, autónomo, responsável, interventivo, conducente à solução de problemas.
9. Desenvolver competências e conhecimentos sólidos, priorizando-se o Português a Matemática.
10. Investir para melhorar os resultados nos exames externos.

Cláusula 2ª

Os objetivos operacionais são:

1. Relativamente ao abandono:
 - a. No 3º ciclo, incluindo CEFs, atingir um valor entre os 4% e os 6% - o valor de partida é 7,9%;²
 - b. No secundário, incluindo cursos profissionais, atingir um valor que se situe entre os 5% e os 7% - o valor de partida: 7.02% em 11-12 e 4,19% em 12-13.³
2. Aumentar a taxa global de sucesso escolar de 75 % para 77 % - partida: 75%.
3. Por ano de escolaridade situarmos os resultados finais de aprovação na avaliação interna nos intervalos:⁴

	Ano de escolaridade	Objetivo	Ponto de partida – média dos últimos 3 anos letivos
3º Ciclo	7º ano ⁵	60% - 70%	75%
	8º ano ⁶	70% - 80%	78%
	9º ano	65% - 75%	66%
	Total	65% - 75%	73%
	CEF	60% - 70%	65%
Secundário	10º	80% - 90%	83%
	11º	85% - 95%	89%
	12º	70% - 80%	65%
	Total	75% -85%	79%
	Profissional	75% - 85%	85%
Global da Escola		75% - 85%	75.5%

4. Melhorar em 10% os resultados nos exames de Português a Matemática do 9º ano – partida: 22,73% de sucesso a Português em 12-13; 13,64% a Matemática.
5. Melhorar em 10% os resultados nos exames nacionais de 2014 do ensino secundário – partida: média da escola nos exames 12-13 – 9,728 (exames

² Os valores têm em conta o aumento para 13-14 dos alunos dos Cursos CEFs e Profissionais sendo nestas modalidade de ensino que mais ocorre o fenómeno do abandono. Vamos passar de duas turmas CEF para quatro.

³ Idem

⁴ Dados apresentados no âmbito do *Plano de Melhoria* após a avaliação externa.

⁵ Como o nosso 3º ciclo depende do agrupamento vizinho e dos alunos em excesso nas outras escolas, apenas nos cedem alunos quando têm as suas turmas em rede preenchidas. Para 13-14 não teremos 7º ano porque apenas nos enviaram processo de 7 alunos que não permitiram abrir turma. O mesmo aconteceu em 12-13 pelo que também não teremos 8º Ano

⁶ Idem.

- nacionais realizados a Matemática A, Português, História A (do 12º) e MACS, Geografia A, Literatura, BIOGEO, Física Química A e Filosofia (do 11º).
6. Diminuir em 5% as medidas disciplinares – partida 256 medidas disciplinares aplicadas em 2012-13.
 7. Elevar-se a frequência em 10% dos espaços/ horários de apoio aos alunos com dificuldades específicas a nível cognitivo e comportamental, ou para a realização de tarefas de estudo, trabalho individualizado com supervisão de professores.

Cláusula 3ª

Plano de Ação estratégica

Tendo em vista a concretização dos objetivos previstos nos números 1 e 2, desenvolve-se o seguinte plano estratégico, em respeito pela legislação em vigor, em função dos recursos humanos existentes e daqueles que venham a ser autorizados, no âmbito da celebração do presente contrato

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	ESTRATÉGIAS A DESENVOLVER	Recursos	Calendarização
-RESULTADOS ESCOLARES/ APOIO À MELHORIA DAS APRENDIZAGENS	-Parcerias na sala de aula do 3º ciclo, CEFs e PIEFs e sempre que necessário nos anos iniciais dos cursos profissionais e secundário regular. -Apoios pedagógicos especializado -Ensino diferenciado. -Mobilidade de grupos nas turmas do ensino regular -Sala de Estudo de Matemática -Sala de Estudo de Inglês -Sala de estudo de Físico-Química -Salas TPC -Oficinas de preparação para os exames.	-Docentes da escola (componente não letiva) -Docentes das áreas disciplinares -Docentes/técnicos contratados no âmbito do TEIP e Contrato de Autonomia Docentes de Matemática Docentes de Inglês Docentes de FQ Docentes das diversas áreas disciplinares (c. não letiva)	-Ao longo do ano letivo 13-14
	-Diversificação da oferta formativa melhorando a oferta dos percursos profissionalizantes. -Dinamização de programas de orientação vocacional com vista à promoção de projetos	-Órgãos pedagógicos da escola, SPO e DTs -SPO e diretores de cursos profissionais	

<p>-PREVENÇÃO DO ABANDONO E ABSENTISMO ESCOLAR</p>	<p>profissionais adequados ao perfil vocacional.</p> <p>-Programas de métodos de estudo.</p> <p>-Aumento da participação dos alunos em clubes e projetos.</p> <p>-Articulação com instituições de apoio à infância e à juventude (CPCJ, Escola Segura, Instituições de acolhimento)</p> <p>-Reforço do horário dos diretores de turma.</p> <p>-Acompanhamento dos alunos pela equipa multidisciplinar.</p>	<p>e CEFs</p> <p>-SPO e docentes</p> <p>-Docentes e pessoal não docente e Assistente Social (a autorizar pelo MEC)</p> <p>-SPO, DTs e órgãos pedagógicos da escola e Assistente Social (a autorizar pelo MEC)</p> <p>-Componente não letiva</p> <p>-Docentes da Equipa e Assistente Social (a autorizar pelo MEC)</p>	<p>-Ao longo do ano letivo 13-14</p>
<p>-COMPORTAMENTO E DISCIPLINA</p>	<p>-Parcerias na sala de aula do 3º ciclo, CEFs e PIEFs e sempre que necessário nos anos iniciais dos cursos Profissionais e secundário regular.</p> <p>-Intervenção oportuna e atempada do gabinete do aluno</p> <p>-Sensibilização dos pais e EE para a necessidade de colaborar com a escola no cumprimento dos deveres dos seus educandos.</p>	<p>-Docentes da escola (componente não letiva)</p> <p>-Docentes, pessoal não docente, gabinete do aluno e Assistente Social (a autorizar pelo MEC)</p> <p>-DTs, SPO e direção</p>	<p>-Ao longo do ano letivo 13-14</p>
<p>-AÇÕES NA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA-COMUNIDADE E PARCERIAS</p>	<p>-Sensibilização das famílias para a participação ativa no processo educativo dos seus educandos</p> <p>-Implementação de programas de desenvolvimento das competências Parentais.</p>	<p>-SPO, DTs, Assistente Social e direção</p> <p>-SPO e Assistente Social (a autorizar pelo MEC)</p>	<p>-Ao longo do ano letivo 13-14</p>
<p>-GESTÃO ORGANIZAÇÃO</p>	<p>-Seleção e escolha criteriosa dos DT e dos coordenadores.</p> <p>-Equipa de avaliação interna para monitorização dos resultados.</p> <p>-Reforço do horário dos diretores de turma.</p>	<p>-Direção e docentes</p> <p>-Equipa de Avaliação Interna</p> <p>-Horas da componente não letiva</p>	<p>-Ao longo do ano letivo 13-14</p>

Cláusula 4ª

Competências reconhecidas à escola

Com o presente contrato, o Ministério da Educação e ciência reconhece à escola as seguintes competências para o desenvolvimento da sua autonomia:

1. Continuar a promover a formação/atualização do corpo docente em contextos formais e inter pares, na perspetiva de que mais e melhor formação propiciam um processo ensino/aprendizagem de sucesso, em articulação com o centro de Formação, entidade responsável pela Formação do pessoal docente.
2. Privilegiar o trabalho em equipa e a concertação dentro dos departamentos marcando, para tal, até dois tempos semanais no horário dos docentes. Estes tempos destinam-se a trabalho setorial, por disciplina/ano, planificação de curto prazo, articulação de conteúdos e estratégias, análise, reflexão e avaliação sobre o desenvolvimento das atividades incluindo as de apoio e do processo/resultados da avaliação sumativa. Para o efeito serão utilizadas as horas da CNL, respeitando-se a legislação sobre a matéria, designadamente o Despacho Normativo 7/2013 de 11 de Junho.
3. Proceder à contratação de um Assistente Social, tendo-se em conta os perfis dos alunos.
4. Gerir o crédito horário global, podendo convertê-lo em equivalente financeiro, para investimento.
5. Promover cursos profissionais de modo a adequá-los aos perfis dos alunos e às necessidades do tecido empresarial envolvente, tendo em conta os recursos físicos e humanos e sem prejuízo da rede que venha a ser definida com os serviços do MEC.
6. Permitir a aquisição de bens e serviços, cumprindo a instituição as normas definidas no código das compras públicas.

Cláusula 5ª

Compromissos da Escola

Com vista a cumprir os objetivos gerais e operacionais constantes do presente contrato, a escola compromete-se e fica obrigada a:

1. Criar condições para que o maior número possível de alunos complete os seus cursos e prossiga harmoniosamente o seu projeto de vida;

2. Orientar-se por critérios de melhoria da igualdade de oportunidades, de não discriminação e de promoção da coesão social, promovendo a plena integração dos mais desfavorecidos;
3. Oferecer atividades de apoio e reforço das aprendizagens a alunos em risco de insucesso ou alunos que pretendem melhorar o seu desempenho em função dos recursos humanos disponíveis;
4. Estabelecer ações no âmbito da qualificação e formação tendentes a melhorar as condições de escolarização e a promover empregabilidade;
5. Promover a autonomia e a consciência cívica dos alunos, assim como o progressivo envolvimento dos mesmos nas tarefas e responsabilidades de gestão das instalações e dos recursos da Escola, nos termos a definir no Regulamento Interno;
6. Envolver todos os atores escolares na inventariação dos problemas e na partilha de responsabilidades na sua resolução;
7. Envolver e corresponsabilizar a família no percurso escolar dos alunos;
8. Desenvolver estruturas e processos de gestão participativa, potenciando uma cultura colaborativa.
8. Fomentar a integração das competências adquiridas em contexto escolar com as exigências do mundo empresarial, participando em projetos especialmente desenhados para o efeito.
9. Desenvolver o contributo educativo que constitui a Biblioteca, enquanto BE/CRE, de modo a promover a literacia e o efetivo enriquecimento cultural da comunidade escolar.

Cláusula 6ª

Compromissos do Ministério da Educação e Ciência

Pelo presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência compromete-se e obriga-se a:

1. Permitir a contratação de um Assistente Social técnico especializado numa área indispensável na escola para implementação das estratégias previstas no plano de ação estratégica;
2. Autorizar o crédito horário global, podendo convertê-lo em equivalente financeiro, para investimento;

3. Permitir a aquisição de bens e serviços, cumprindo a instituição as normas definidas no código das compras públicas.
4. Proporcionar a consulta e o apoio à Escola nas questões de índole jurídica.

Cláusula 7ª

Compromissos dos parceiros

Quando os houver, pelo presente contrato, o/a parceiro compromete-se e obriga-se a:

1. Colaborar com a escola de acordo com as suas solicitações.
2. Participar nas reuniões de forma construtiva quer na apresentação de soluções quer na de resolução de problemas.
3. Integrar a Comissão de Acompanhamento.

Cláusula 8ª

Duração do contrato

O presente contrato de autonomia entra em vigor após a sua homologação e vigorará até ao final do ano letivo 2013/2014, podendo nos termos no n.º 4 do artigo 5º da Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto, ser renovável, por declaração expressa de ambas as partes, por iguais períodos de tempo, até ao limite de duas renovações, ou ser revisto e alterado a todo o tempo, por acordo entre as partes, respeitado o requisito previsto na alínea a) do artigo 6.º da mesma portaria.

Cláusula 9ª

Acompanhamento e monitorização

A escola constitui uma estrutura permanente de acompanhamento e monitorização constituída pelo diretor e pela equipa de autoavaliação interna, constituída por docentes de carreira, com as seguintes competências:

- a) Monitorizar o cumprimento e a aplicação do presente contrato e acompanhar o desenvolvimento do processo;

- b) Monitorizar o processo de autoavaliação da escola;
- c) Produzir e divulgar o relatório anual de progresso;
- d) Constituir meio de interlocução com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência.

Cláusula 10º

Casos omissos

Todas as matérias não reguladas no presente contrato serão regidas pela lei geral aplicável.

Assinaturas

O Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares

José Alberto Moreira Duarte

O Diretor da Escola Secundária Com 3º Ciclo d. Dinis

Augusto Fonseca Nogueira

O/A Presidente do Conselho Geral da Escola Secundária Com 3º Ciclo D. Dinis

Rosa Maria Canelas Lopes Ferreira

Parceiros

Homologo

O Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar

João Casanova de Almeida

DATA

___/___/___